

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N.º \_\_\_\_\_ DE 2008**  
(Da Senhora Rebecca Garcia)

**Solicita ao Ministro do Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc, informações referentes ao decreto que acelera quitação de multas ambientais.**

**Senhor Presidente,**

Com fundamento no artigo 50, § 2º, da Constituição Federal e no artigo 115, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Exª. que seja encaminhado ao Ministro do Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc, solicitação de informações referentes ao decreto que acelera quitação de multas ambientais.

**JUSTIFICATIVA**

De acordo com informações publicadas recentemente nos meios de comunicação brasileiros, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve assinar brevemente um decreto estabelecendo medidas de redução das chances de infratores ambientais postergarem o pagamento das multas.

De acordo com dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente, atualmente, menos de 10% dos valores das multas chegam efetivamente aos cofres públicos. Espera-se que com as novas normas, o tempo do processo possa ser reduzido de quatro anos para alguns meses, na medida do possível. O decreto, com 52 artigos, reduz o número de instâncias em que os acusados de infrações ambientais podem recorrer.

Pelas novas regras, há dois ritos possíveis. No caso de multas até R\$ 100 mil, as empresas podem recorrer à superintendência regional do Ibama. As condenadas a multas superiores a R\$ 100 mil podem recorrer à superintendência e à presidência do Ibama. Seria permitido também pedir a revisão no Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), mas neste último caso, somente com pagamento antecipado de 70% do valor da multa.

Diante do exposto, solicito ao Ministro do Meio Ambiente, Sr. Carlos Minc, informações referentes ao decreto que acelera quitação de multas ambientais:

- 1) Se atualmente, menos de 10% dos valores das multas chegam efetivamente aos cofres públicos, o que acontece com o resto do dinheiro?
- 2) Que órgão federal fiscaliza o recebimento e a aplicação desse dinheiro?
- 3) Como será utilizada essa verba a mais que entrará nos cofres públicos a partir da publicação do decreto?
- 4) Que resultados efetivos para o meio ambiente a implementação deste decreto pode trazer?

- 5) Existe algum programa ou projeto do Ministério que cuide do assunto com mais ênfase?

Sala das Sessões, 23 de junho de 2008

**Rebecca Garcia**

Deputada Federal PP/AM